



**UFSM**

**Artigo Monográfico de Especialização**

**Práticas Educativas em Educação Especial, em turmas de  
Ensino Fundamental, anos iniciais**

---

**Nome da autora**

**Maria Aparecida Lisboa Lopes**

**Januária, MG - Brasil**

**2010**

**Práticas Educativas em Educação Especial, em  
turmas de Ensino Fundamental anos iniciais.**

---

**por**

**Maria Aparecida Lisboa Lopes**

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Educação Especial.**

**Januária, MG, Brasil  
2010**

**Universidade Federal de Santa Maria**  
**Centro de Educação**  
**Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e**  
**Educação de Surdos**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo Monográfico de  
Especialização

**Práticas Educativas em Educação Especial, em turmas de Ensino**  
**Fundamental, anos iniciais.**

elaborado por:  
Maria Aparecida Lisboa Lopes

como requisito parcial para obtenção do grau de

***Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de***  
***Surdos***

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

**Prof.<sup>a</sup> Ma.Sc. Fátima Terezinha Lopes da Costa**  
(Presidente/Orientador)

---

**Prof. Me. Vantoir Roberto Brancher**

---

Januária, MG, Brasil  
2010

**Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos**  
**Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil**

**RESUMO**

**PRÁTICAS EDUCATIVAS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL, EM TURMAS DE ENSINO FUNDAMENTAL, ANOS INICIAIS.**

AUTORA: Maria Aparecida Lisboa Lopes  
ORIENTADOR: Prof.<sup>a</sup> Ma.Sc. Fátima Terezinha Lopes da Costa

Este trabalho procurou analisar como os profissionais ligados à educação Especial, têm desenvolvido o trabalho pedagógico do processo de ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência, em turmas de ensino fundamental, anos iniciais. Buscou-se conhecer as dificuldades e limitações encontradas pelos docentes na sua prática pedagógica com alunos especiais e identificar as possíveis alternativas construídas no enfrentamento dessas dificuldades. O trabalho está dividido em dois capítulos principais, no primeiro destaca-se a inclusão e práticas educativas, onde se insere a pesquisa bibliográfica (Inclusão Escolar, Práticas educativas inclusivas e ensino aprendizagem, A Educação Especial e as Políticas Públicas, A formação continuada de professores numa visão inclusiva) no segundo capítulo se insere a pesquisa de campo e análise dos dados. Como resultado da pesquisa, concluiu-se que os profissionais ligados à Educação Especial, precisam ser valorizados, capacitados, exercer um trabalho integrado com a comunidade escolar e a família do aluno, tomando novas posições diante do processo de ensino-aprendizagem, adotando práticas pedagógicas mais evoluídas e inclusivas.

Palavras-chave: Inclusão escolar. Professores. Práticas Educativas. Educação Especial.

**Specialization Course in Special Education - Cognitive Deficits and Deaf  
Education  
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brazil**

**ABSTRACT**

**PRÁTICAS EDUCACIONAIS EM SALAS DE AULA DE ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA, ANOS INICIAIS.**

AUTHOR: Maria Aparecida Lopes Lisbon  
COACH: Prof.<sup>a</sup> Ma.Sc.Terezinha Fatima Lopes da Costa

This study sought to examine how professionals related to special education, have developed the educational work of the teaching-learning with students with special educational needs, in classes of elementary education, early years. We tried to understand the difficulties and limitations encountered by teachers in their teaching with special students and to identify possible alternatives built on these difficulties coping. The work is divided into two main chapters, the first stands out to inclusion and educational practices, which includes the literature (School Inclusion, inclusive educational practices and teaching and learning, Special Education and Public Policy, The teacher continued an inclusive vision) in the second chapter is part of the field research and data analysis. As results, it was concluded that the professionals involved in Special Education, must be valued, able to exercise integrated work with the school community and the family of the student, taking new positions ahead of the process of teaching and learning, adopting teaching practices more advanced and inclusive.

Keywords: Inclusion school. Teacher. Education practices. Special Education.

## SUMÁRIO

<b>1 APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>07</b>
<b>2 PRÁTICAS EDUCATIVAS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL, EM TURMAS DE ENSINO FUNDAMENTAL, ANOS INICIAIS.....</b>	<b>08</b>
2.1 Caracterização do estudo.....	08
2.2 Amostra.....	09
2.3 Instrumentos.....	09
2.4 Metodologia .....	09
<b>3 INCLUSÃO E PRÁTICAS EDUCATIVAS: CONTEXTO DAS DEFINIÇÕES ..</b>	<b>11</b>
1.1 Inclusão Escolar .....	11
1.2 Práticas Educativas inclusivas e Ensino aprendizagem .....	13
<b>4 A EDUCAÇÃO ESPECIAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS.....</b>	<b>17</b>
<b>5 A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NUMA VISÃO INCLUSIVA .....</b>	<b>22</b>
<b>6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: A DINÂMICA ESCOLAR E O PARADIGMA DA INCLUSÃO .....</b>	<b>24</b>
6.1 Análise da Proposta Pedagógica.....	24
6.2 Observação da sala de aula .....	25
6.3 Análise das entrevistas.....	26
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>31</b>
<b>8 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>33</b>
<b>9 ANEXOS .....</b>	<b>35</b>

## 1- APRESENTAÇÃO

Este trabalho tem como tema: “Práticas educativas em Educação Especial, em turmas de ensino fundamental, anos iniciais”. Para Montoan (2001,p.1) “A inclusão, como consequência de um ensino de qualidade para todos os alunos provoca e exige da escola brasileira novos posicionamentos e é um motivo a mais para que o ensino se modernize e para que os professores aperfeiçoem as suas práticas”. De acordo com o tratado de Salamanca (1994) as escolas orientadas pelo princípio da inclusão são instituições educacionais que reconhecem e celebram a diversidade humana, desenvolvem e cultivam a cultura de acolhimento de todos de forma igualitária e de valorização das diferenças. Desta temática surgiu a seguinte indagação (problematização): “Como acontecem às práticas educativas em duas turmas do ensino fundamental, anos iniciais, em relação à Educação Especial?”

Para este propósito, buscou-se analisar como os profissionais ligados à Educação Especial têm desenvolvido o trabalho pedagógico do processo de ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência, de duas turmas do ensino fundamental anos iniciais e realizar um levantamento de como estes alunos são atendidos em uma escola pública da rede municipal da cidade de Januária, Minas Gerais. Neste sentido é preciso o entendimento de como estes alunos estão sendo atendidos, em relação aos métodos e/ou procedimentos adotados para o atendimento de necessidades comuns nos anos iniciais do ensino fundamental e aos objetivos pedagógicos dos planos de ensino se estão adaptados; bem como a adequação da estrutura física da escola para o atendimento dos alunos com comprometimento físico, sensorial e mental. Conforme assinala Mrech,(2001, p.14) “É preciso que os professores aprendam a trabalhar com as adaptações curriculares, para acompanhar melhor o processo de desenvolvimento de cada aluno seja ele deficiente ou não”.Isto é, precisam compreender as reais necessidades dos alunos para atuarem de forma a fazerem adequações que possam atender as diferenças individuais de cada educando.

Com o objetivo de conhecer as dificuldades e limitações encontradas pelos docentes na sua prática pedagógica com os alunos com deficiência e identificar as possíveis alternativas construídas no enfrentamento dessas dificuldades, para isso foi analisado: A proposta pedagógica e os aspectos relacionados à inclusão; A dinâmica escolar e o contexto da sala de aula; O processo de avaliação e ensino-aprendizagem; Os recursos e métodos utilizados que subsidiam o trabalho do docente em sala de aula.

A diversidade é essencial no processo de inclusão de alunos com deficiência, neste sentido ela precisa ser valorizada no âmbito escolar como requisito para atender a todos os alunos de acordo com as suas especificidades.

## **2 PRÁTICAS EDUCATIVAS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL, EM TURMAS DE ENSINO FUNDAMENTAL, ANOS INICIAIS**

Oferecer uma educação que assegure participação e aprendizagem de qualidade para todos os alunos não apenas exige o desenvolvimento da escola como um todo, mas é imprescindível que o processo de melhoria da escola se traduza em mudanças concretas na maneira de conduzir o processo de ensino e aprendizagem na sala de aula. Sem dúvida, a sala de aula e os processos educacionais que envolvem docentes e estudantes constituem o contexto que explica em grande parte o êxito ou o fracasso acadêmico dos educandos. O importante é entender que a inclusão exige da escola outra forma de organiza-se, de entender o seu fazer pedagógico e de acolher as pessoas que ali compartilham do processo ensino – aprendizagem, isso se refere não apenas aos educandos, mas também a todos os profissionais da escola e à comunidade escolar.

A proposta de educação inclusiva, ou seja, educação para todos ( e não apenas para as crianças com alguma deficiência), exige que as escolas regulares e especiais reavaliem seu papel, repensando a educação de forma mais abrangente. Crianças devem estar todas juntas aprendendo. A diferença é um fator importante para o processo ensino – aprendizagem, pois o desenvolvimento do ser humano é mais efetivo quando se tem a oportunidade de realizar trocas com pares em níveis de desenvolvimento diferentes, gerando novos desafios e contribuindo para que as pessoas avancem em níveis de aprendizagem. (BRASIL, MEC/SEB/SEAD, VOL. 2, UNIDADE 08, 2005, p.49)

Partindo desse pressuposto, buscou-se privilegiar na pesquisa como os profissionais ligados à Educação Especial têm desenvolvido o trabalho pedagógico do processo ensino – aprendizagem dos alunos com deficiência.

### **2.1 Caracterização do estudo**

Esta pesquisa apresenta um caráter descritivo com fundamentação teórica (revisão bibliográfica) e pesquisa de campo com análise qualitativa. A pesquisa é de caráter qualitativo, buscando conhecer as dificuldades e limitações encontradas pelos docentes na sua prática pedagógica com alunos especiais e identificar as possíveis alternativas construídas no enfrentamento dessas dificuldades.

## **2.2 Amostra**

Com o objetivo de subsidiar e concretizar a pesquisa, alguns critérios foram estabelecidos para a amostra: A escola, alvo de estudo deveria como requisito prévio, oferecer os anos iniciais do ensino fundamental, ser uma escola pública da rede municipal do município de Januária, Minas Gerais; as entrevistas foram realizadas na escola, diretamente a (02) professores que estivessem desenvolvendo o trabalho junto aos alunos com deficiência; Dois (02) alunos com deficiência (um em cada sala de aula) foram entrevistados; A supervisora pedagógica do turno em que funcionam estas turmas específicas foi entrevistada. Foi definida esta amostra, a partir do Projeto de pesquisa, pela escola apresentar algumas peculiaridades da educação especial, como o AEE.

## **2.3 Instrumentos**

Foram elaboradas entrevistas estruturadas com assuntos pertinentes à inclusão destinada ao supervisor pedagógico, professores e os alunos com deficiência.

## **2.4 Metodologia**

No primeiro momento foi feita a observação do cotidiano escolar, através de uma análise da estrutura da escola, salas de aula, adequação da estrutura física, sala de Atendimento Educacional Especializado, recursos disponíveis. Na escola visitada houve uma receptividade significativa para o desenvolvimento do trabalho e os documentos solicitados foram imediatamente disponibilizados para consulta e análise. Da mesma forma, o acesso às salas de aula para a observação e acompanhamento do trabalho do professor foi facilitado e incentivado.

No contexto escolar foi analisada a proposta pedagógica com o atendimento da Supervisora Pedagógica, através de uma leitura analítica, com o intuito de verificar o que esta propõe em relação à inclusão de alunos com deficiência. Com o auxílio da supervisora pedagógica foram escolhidas as pessoas que concederiam as entrevistas. Neste sentido, a supervisora pedagógica, professores e alunos foram entrevistados no âmbito escolar.

Lakatos e Marconi (2001) assinalam que a entrevista é um procedimento utilizado na investigação social para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico e no tratamento de um problema social. Neste sentido, optou-se pela entrevista pelo fato que, por ser dialogada oportuniza a construção e re-construção de significados da educação inclusiva e a relação desta com seus sujeitos.

## **3 INCLUSÃO E PRÁTICAS EDUCATIVAS: \_CONTEXTO DAS DEFINIÇÕES**

### **3.1 Inclusão Escolar**

O debate sobre a escola inclusiva está cada vez mais presente, provocando uma redefinição das políticas públicas para a construção de sistemas educacionais inclusivos que garantam o acesso pleno, sem nenhum tipo de discriminação em razão de condição econômica, social, cultural, racial, física, mental, sensorial ou lingüística.

A concepção e os princípios da educação inclusiva dentro de um contexto mais amplo dizem respeito à estrutura da sociedade em que vivemos, associados aos movimentos de garantia dos direitos exigem a transformação dos sistemas de ensino em relação à fundamentação, a prática pedagógica e aos aspectos relacionados ao dia a dia da escola. Uma tarefa essencial é organizar as escolas para eliminação das barreiras, o fortalecimento das relações entre a escola e a família, o planejamento participativo, a troca de experiências no trabalho pedagógico e o desenvolvimento de mecanismos de gestão que priorizem a inclusão educacional. Como bem ressalta Mantoan (2006) a inclusão implica em uma mudança de paradigma educacional, que gera uma reorganização das práticas escolares: planejamentos, formação de turmas, currículo, avaliação, gestão do processo educativo.

Neste sentido é indispensável que a escola aprimore suas práticas, a fim de atender as diferenças. A transformação da escola não é uma mera exigência da inclusão escolar de pessoas com deficiência, mas sim um compromisso inadiável das escolas que têm a inclusão como prioridade.

Ainda a autora supracitada, nos revela que mudar a escola é enfrentar uma tarefa que exige trabalho em muitas frentes. Também destaca as frentes que são consideradas primordiais, para que possa transformar a escola, em direção de um ensino de qualidade e, em conseqüência, inclusivo. A autora afirma que precisamos agir com urgência colocando a aprendizagem como fator principal na escola, garantindo o tempo de aprendizagem, abrindo espaço para o desenvolvimento da cooperação, do diálogo, da solidariedade, da criatividade e o uso do espírito crítico, ainda estimular e valorizar o professor o qual segundo Montoan (2002) é o responsável pela aprendizagem na escola.

Para Schneider (2003) a escola inclusiva é aquela que acomoda todos os alunos independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras, sendo o principal desafio desenvolver uma pedagogia centrada no aluno, uma pedagogia capaz de educar e incluir além dos alunos que apresentam **necessidades especiais** (que decorrem de elevada capacidade ou de dificuldades para aprender), aquelas que apresentam dificuldades **temporárias ou permanentes** (temporariamente ou que são indicadas pela necessidade própria e diferente dos demais alunos) na escola, as que estejam repetindo anos escolares, as que sejam forçadas a trabalhar, as que vivem nas ruas, as que vivem em extrema pobreza, as que são vítimas de abusos, as que estão fora da escola, as que apresentam **altas habilidade/superdotação** (notável desempenho e elevada potencialidade da capacidade intelectual geral, aptidão específica, pensamento criativo ou produtivo; capacidade de liderança, talento especial para as artes; capacidade psicomotora), pois a inclusão envolve a todos os alunos com as suas especificidades.

Para uma escola ser inclusiva é preciso acreditar que todos os alunos podem aprender, proporcionando-lhes acesso igualitário a um currículo **básico e rico** (que visa o desenvolvimento integral do aluno, sua aprendizagem e a capacidade de conviver de forma produtiva e construtiva na sociedade), com uma instrução de qualidade. Para isto Schneider (2003) assinala algumas estratégias para que a inclusão aconteça no cotidiano escolar: Promover práticas mais cooperativas; estabelecer rotinas na sala de aula e na escola; trabalhar com alunos com diferentes níveis de desempenho. Comemorar os sucessos; aprender com os desafios; romperem paradigmas e manter-se em constantes mudanças educacionais progressivas criando escolas inclusivas e com qualidades. A realização destas estratégias inclusivas requer uma percepção do sistema escolar como um todo unificado, em vez de estruturas paralelas, separadas como uma para alunos regulares e outra para alunos com deficiência.

Schneider (2003) ressalta que os comportamentos inclusivos dentro da escola requerem comprometimento e ações inclusivas. Neste sentido traz uma breve reflexão sobre estas práticas: cada aluno tem o direito a freqüentar a sala de aula independente de sua deficiência; desenvolver uma comunidade que se preocupe em fomentar o respeito mútuo e o apoio na equipe escolar, pais e alunos; apoio aos

professores no ambiente de trabalho; estímulo aos alunos com deficiência a participarem de atividades extracurriculares. Os pais fazem parte da comunidade escolar, participando e sugerindo. Proporcionar aos alunos com deficiência um currículo escolar pleno e flexível sujeito a mudanças caso seja necessário.

A nossa Constituição Federal de 1988 propõe avanços significativos para a educação escolar de pessoas com deficiência, quando elege como fundamentos da República a cidadania e a dignidade da pessoa humana (art. 1º, incisos II e III), e, como um dos seus objetivos fundamentais, a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, inciso IV). Ela garante ainda o direito à igualdade (art. 5º), também preconiza a educação, como um direito de todos, dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (art. 205). E mais ainda em seu (art. 208, inciso VII, parág. 2º) o não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente. Assim sendo, toda escola deve atender aos princípios constitucionais, não podendo excluir nenhuma pessoa em razão de sua origem, raça, sexo, cor, idade ou deficiência. (BRASIL, 1998, SP)

### **3.2 Práticas Educativas inclusivas e Ensino-Aprendizagem**

Torna-se necessário e urgente à incorporação do princípio da inclusão de todos os educando nos diversos contextos escolares e etapas educacionais, para assegurar aprendizagens qualitativas e a participação efetiva na vida escolar. À esta qualidade, se torna importante a responsabilidade do docente em relação ao desempenho acadêmico (desenvolvimento cognitivo), e dessa forma garantir o sucesso escolar de cada um de seus estudantes. E o desenvolvimento da qualidade nos sistemas educacionais, está diretamente ligado à formação do professor e à promoção de ações que possibilitem a aquisição de competências para ensinar a todos na sala de aula, valorizando a diversidade.

A diversidade humana representa as diferenças nos estilos, ritmos, necessidades, interesses, histórias de vida e motivações de cada um dos alunos, e

essas diferenças precisam ser (re) conhecidas, compreendidas e valorizadas pelos docentes como um recurso importante para ensinar a todos em sala de aula. As atividades escolares em geral e as práticas pedagógicas, em particular, têm grande relevância na formação da cultura e da política inclusivas.

A construção de escolas de boa qualidade e inclusivas para todos deve, dessa forma, necessariamente envolver o desenvolvimento de políticas escolares de aprimoramento profissional docente, com vistas a prepará-los pedagogicamente para trabalhar com a pluralidade sócio-cognitiva e experiencial dos estudantes, por meio de enriquecimento de conteúdos curriculares que promovam a igualdade, a convivência pacífica, a aprendizagem mútua, a tolerância e a justiça social.(BRASIL,MEC/SEESP,2006,p.127).

Educar na diversidade significa ensinar em um contexto educacional no qual as diferenças individuais são destacadas e aproveitadas para enriquecer e flexibilizar o conteúdo curricular previsto no processo ensino-aprendizagem. O planejamento escolar e o plano de aula devem ser elaborados com base nas características de aprendizagem de cada estudante, como também a organização das atividades de classe deve privilegiar grupos de trabalho colaborativo e o apoio mútuo entre os alunos.

Para que o docente se configure como um profissional que valorize a diversidade é importante que este rompa gradualmente com práticas pedagógicas homogêneas, adotando em sua prática pedagógica os princípios orientadores da prática de ensino inclusiva, conforme segue: Aprendizagem ativa e significativa; negociação de objetivos; demonstração, prática e feedback; avaliação contínua; apoio e colaboração (BRASIL,MEC/SEESP, 2006).

Neste sentido, é importante que o docente adote estas práticas inclusivas no seu cotidiano escolar, adquirindo habilidades para refletir sobre sua docência e aperfeiçoá-la continuamente. A inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino específicas para esta ou aquela deficiência, mas sim recursos, ferramentas, linguagens, tecnologias que concorram para diminuir, eliminar as barreiras que se interpõem aos processos de ensino aprendizagem.

A aprendizagem escolar está diretamente vinculada ao currículo, organizado para orientar, dentre outros, os diversos níveis de ensino e as ações docentes. Ele é construído a partir do projeto pedagógico da escola e viabiliza a sua operacionalização, orientando as atividades educativas, as formas de executá-las e definindo suas finalidades. Assim, pode ser visto como um guia sugerido sobre como e quando aprender, o que o aluno deve aprender; que formas de organização do ensino são mais eficientes para o processo de ensino-aprendizagem; como e quando avaliar o aluno.

A concepção de currículo inclui, portanto, desde aspectos básicos que envolvem os fundamentos filosóficos e sóciopolíticos da educação até os marcos teóricos e referenciais técnicos e tecnológicos que a concretizam na sala de aula. Relaciona princípios e operacionalização, teoria e prática, planejamento e ação. Essas noções de projeto pedagógico da escola e de concepção curricular estão intimamente ligadas à educação para todos que se almeja conquistar. A escola para todos requer uma dinamicidade curricular que permita ajustar o fazer pedagógico às necessidades dos alunos.

Ver as necessidades especiais dos alunos atendidos no âmbito da escola regular requer que os sistemas educacionais modifiquem, não apenas as suas atitudes e expectativas em relação a esses alunos, mas também, que se organizem para constituir uma escola real para todos, que dê conta dessas especificidades. (BRASIL, MEC/SEESP, 2006, p.60)

O projeto pedagógico da escola, como subsídio para definir a prática escolar, deve orientar a operacionalização do currículo, como um recurso para promover o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos, neste sentido (BRASIL, MEC/SEESP, 2006) considera a atitude favorável da escola para diversificar e flexibilizar o processo de ensino-aprendizagem; a identificação das necessidades educacionais especiais; a adoção de currículos abertos e propostas curriculares diversificadas. A flexibilidade quanto à organização, e ao funcionamento da escola, para atender à demanda diversificada dos alunos e ainda, a possibilidade de incluir professores especializados, serviços de apoio e outros, não convencionais, para favorecer o processo educacional.

Sob esta ótica, essa concepção coloca em destaque a adequação curricular como um elemento dinâmico da educação para todos e a sua viabilização para os alunos com deficiência. Pensar em adequação curricular significa considerar o

cotidiano das escolas, levando-se em conta as necessidades e capacidades dos seus alunos e os valores que orientam a prática pedagógica. Schneider (2003) ressalta que as adaptações curriculares constituem as possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos e tem como objetivo subsidiar a ação dos professores e constituem em um conjunto de modificações que realizam nos objetivos, conteúdos, critérios, procedimentos de avaliações, atividades, metodologias para atender as diferenças individuais dos alunos. Essas adequações têm como objetivo promover o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos que apresentam deficiência, tendo com referência a elaboração do projeto pedagógico e a implementação de práticas inclusivas no sistema escolar. Elas precisam ser realizadas quando necessário, de acordo às peculiaridades dos alunos com deficiência. Conforme a autora (2003, p.4-5) as adequações devem ser relativas aos objetivos e conteúdos; a avaliação; aos procedimentos didáticos e as atividades de ensino-aprendizagem ou seja, como ensinar os componentes curriculares.

Ainda em consonância com os estudos da autora, destacam-se alguns aspectos que precisam ser considerados para que os alunos com deficiência possam participar integralmente de um ambiente rico de oportunidades educacionais e com resultados favoráveis: “A preparação e dedicação da equipe educacional e dos professores; o apoio adequado e recursos especializados, quando forem necessários; as adaptações curriculares e de acesso ao currículo”. (SCHNEIDER,2003,p.6).É necessário atender as diferenças individuais dos alunos, priorizar os recursos, adotar currículos adequados e propostas curriculares diversificadas.

As adaptações curriculares não devem ser entendidas como um processo exclusivamente individual ou uma decisão que envolve apenas o professor e o aluno. Elas se realizam em três níveis: no âmbito do projeto pedagógico (currículo escolar), no currículo desenvolvido em sala de aula e no nível individual. BRASIL,MEC/SEESP(2006).

Para Santos (2010) é no sentido da adoção de uma proposta curricular flexível que o preparo profissional torna-se essencial. Para isso o professor da escola inclusiva precisa ser dotado de características como: criatividade, competência, experiência; espírito investigativo e capacidade crítica.

Neste contexto, o papel da avaliação numa perspectiva inclusiva é diversificado, isto é, são oferecidas várias oportunidades e formas diferentes do aluno mostrar com está se saindo ao longo do processo educacional. O processo avaliativo, (BRASIL, MEC/SEESP (2006), quando relacionado ao aluno em face de suas necessidades especiais deve focalizar: Os aspectos do desenvolvimento; O nível de competência curricular; e o estilo (modalidade) de aprendizagem.

O processo avaliativo é um dos grandes desafios a serem enfrentados pela escola devendo ser entendido como um meio de autoconhecimento para professores e alunos; de aperfeiçoamento da prática pedagógica. A avaliação como prática educacional inclusiva deve envolver todo o trabalho escolar a fim de determinar as forças positivas e restritivas que influenciam no processo de ensino - aprendizagem.

Neste sentido torna-se importante aprimorar as práticas pedagógicas, para que realmente a inclusão aconteça. Elas são necessárias para que a aprendizagem se desenvolva de forma democrática com justiça e respeito em relação às especificidades de cada educando.

#### **4. A EDUCAÇÃO ESPECIAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS**

A educação especial insere-se nos diferentes níveis da educação escolar, tanto na educação Básica, que abrange a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, quanto na Educação Superior. A educação especial também interage com as demais modalidades da educação escolar, como a educação de jovens e adultos, a educação profissional e a educação indígena. A educação especial integra o sistema educacional vigente, identificando-se com sua finalidade, que é de formar cidadãos conscientes e participativos. Em nosso país trabalha-se atualmente com a política de inclusão dos alunos com deficiência na rede regular de ensino, o que representa a ousadia de rever concepções, práticas e paradigmas. Neste contexto, a educação especial, como modalidade de educação escolar, organiza-se de modo a buscar uma aproximação sucessiva dos pressupostos e da prática pedagógica social da educação inclusiva. UFSM, Política e Gestão em Educação Especial, SILUK, Ana Cláudia Pavão (2008).

Com a formulação da Declaração de Salamanca em 1994, são reafirmados os princípios do direito de todos à educação, presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e na Declaração Mundial sobre Educação para todos(1990). A partir do conceito de inclusão, proposto em Salamanca, que é mais amplo do que o conceito de integração há uma mudança de concepção – a deficiência deixa de ser o foco de análise e passa-se a valorizar as potencialidades e possibilidades de êxito dos alunos no processo de ensino e aprendizagem. Nessa perspectiva, o termo necessidades educacionais especiais, “refere-se a todas as crianças e jovens cujas necessidades decorrem de sua capacidade ou de suas dificuldades de aprendizagem”. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.18).

É buscando atender às crescentes exigências de uma sociedade em constante transformação, procurando promover a democracia e empenhada na superação de conceitos e de estereótipos que estabelecem diferenças e determinam desigualdades entre as pessoas, que a educação especial assume, a cada ano, maior relevância. Neste sentido, essa modalidade de ensino destina-se a proporcionar o acesso à escola e a permanência nela daqueles que por motivos diversos, não têm suas necessidades e potencialidades contempladas de forma positiva pela educação que lhes é oferecida nas escolas regulares.

A educação especial no Brasil segue os pressupostos formulados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), lei nº 9.394, de 20 de novembro de 1996, preconizando em seu art. 58, a educação especial com modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades educacionais especiais. Em julho de 2001, foi aprovado o parecer CNE/CEB nº 17/ 2001, versando sobre os “Referenciais para Educação Especial”.Esse parecer daria origem à Resolução CNE/CEB nº 2/ 2001, que viria a instituir as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, documento aprovado em 11 de setembro de 2001. A definição das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001), busca orientar o processo de educação de alunos com necessidades especiais, abrangendo todas as etapas e modalidades da educação básica, atentando à oferta de uma educação de qualidade para todos, Nesse sentido, a educação especial enquanto modalidade da educação buscará assegurar:

- A dignidade humana e a observância do direito de cada aluno de realizar seus projetos de estudo, de trabalho e de inserção na vida social;
- A busca da identidade própria de cada educando, o reconhecimento e a valorização de suas diferenças e potencialidades, bem como de suas necessidades educacionais especiais no processo de ensino e aprendizagem, como base para a constituição e ampliação de valores, atitudes, conhecimentos, habilidades e competências;
- O desenvolvimento para o exercício da cidadania, da capacidade de participação social, política e econômica e sua ampliação, mediante o cumprimento de seus deveres e o usufruto de seus direitos. (BRASIL, MEC/SEESP, 2006, p.49)

Com base nos pressupostos legais da constituição Federal de 1988, artigo 205 que prevê o direito de todos à educação e artigo 208 que prevê o atendimento educacional especializado, a inclusão escolar, fundamentada na atenção à diversidade, exige mudanças estruturais para as escolas comuns e especiais. A educação regular, responsável pelo desenvolvimento da base nacional comum prevista na LDB e, conseqüentemente, pela escolarização dos alunos em todas as etapas e níveis de ensino, deve organizar-se de forma a ultrapassar os padrões tradicionais de ensino, promovendo uma educação que não exclui os alunos pelas suas limitações, mas que os inclui a partir de suas potencialidades. A educação especial, por sua vez, converte-se em uma modalidade transversal de educação escolar que permeia todos os níveis, etapas e modalidades de educação, por meio da realização do atendimento educacional especializado, definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais, orientando e colaborando com a educação regular comum, em benefício de todos os alunos. BRASIL, MEC/SEESP (2006).

A matrícula de alunos com deficiência implica na obrigatoriedade da oferta de atendimento educacional especializado, quando demandarem esses serviços. Nesse sentido, a educação especial deve estar na escola onde o aluno se encontra matriculado. O atendimento educacional especializado diferencia-se substancialmente da escolarização. Deve ser oferecido em horário oposto à escolarização justamente para que os alunos possam freqüentar as turmas de ensino regular. Estas turmas, com alunos da mesma faixa etária constituem ambiente adequado e desafiador para o desenvolvimento da socialização e construção do conhecimento. BRASIL, MEC/SEESP(2006).

O Atendimento Educacional Especializado são serviços educacionais prestados pela educação especial para atender às necessidades educacionais

especiais de alunos. O Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado e regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007. Decreta em seu artigo 1º, a União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino regular. Em seu inciso 1º, considera-se atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular. Em seu inciso 2º preconiza que o atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas. Seus objetivos buscam:

- Prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos alunos referidos no art.1º.
- Garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
- Fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e
- Assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis de ensino. (BRASIL, 2008, p.1)

Através desse documento o Governo estrutura oficialmente o AEE, para que ele seja realidade em nossas escolas, procurando efetivar com êxito a inclusão de todos os alunos.

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e outros, que implicam em **transtornos funcionais específicos** (dificuldades significativas na aquisição e uso da audição, fala, leitura, escrita, raciocínio ou habilidades matemáticas; na atenção e concentração), a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos. Ela direciona suas ações para o atendimento

às especificidades desses alunos no processo educacional e, no âmbito de uma atuação mais ampla na escola, orienta a organização de redes de apoio, de formação continuada, a identificação de recursos, serviços e o desenvolvimento de práticas colaborativas. (BRASIL, MEC/SEESP, 2007)

Sendo assim, seja para possibilitar que os alunos com necessidades educacionais especiais progridam dentro de uma escola regular, seja para lhes proporcionar o atendimento adequado em alguma das outras modalidades de ensino previstas na Política Nacional da Educação Especial, a educação especial tem como objetivo garantir o direito à educação de qualidade para todos os cidadãos, independentemente de suas condições e características particulares. UFSM, Política e gestão em Educação Especial, SILUK, Ana Cláudia Pavão, Módulo I

## **5 A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NUMA VISÃO INCLUSIVA**

Para Mantoan (2001) o ensino dicotomizado em regular e especial, define mundos diferentes dentro das escolas e dos cursos de formação de professores. Essa divisão perpetua a idéia de que o ensino de alunos com deficiência e com dificuldades de aprendizagem exige conhecimentos e experiências que não estão à altura dos professores regulares. É necessário um trabalho conjunto capaz de aprimorar novas experiências, novas práticas de ensino que possam atender as diversidades do processo educativo.

A elaboração e a implementação de uma política de formação coerente com o ideal de uma escola inclusiva devem romper com essa dicotomia, assegurar o acesso a novos conhecimentos, a troca de experiências, a reflexão sobre a prática, a articulação entre múltiplos saberes e fazeres. Os processos formativos devem incorporar diferentes estratégias, face à diversidade de situações colocadas pelo cotidiano das escolas. Nesse contexto diverso e amplo, os professores devem se posicionar como sujeitos do processo de formação permanente. (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS/ MG, 2002).

O professor especializado precisa participar de todas as ações, opinando e discutindo com o professor do ensino regular e colaborando em todo o planejamento em suas fases de elaboração, execução e avaliação. Desta forma, ambos terão oportunidades de socializar o seu saber específico e aos outros profissionais da equipe contribuir para a melhoria da qualidade do ensino oferecido.

Como bem ressalta (MORAN, 2007, p.32), “com a flexibilidade, procuramos adaptar-nos às diferenças individuais, respeitar os diversos ritmos de aprendizagem, integrar as diferenças locais e os contextos culturais”.

Neste contexto, é preciso conscientizarmos para uma formação contínua no cotidiano do nosso trabalho com os alunos com deficiência, visando as dificuldades, experiências, divergências e principalmente às diferenças quanto ao desenvolvimento do processo ensino – aprendizagem.

Delors (2006, p161 -162) afirma:

(...) atualmente, o mundo no seu conjunto evolui tão rapidamente que os professores, devem começar a admitir que sua formação inicial não lhes basta para o resto da vida: precisam se atualizar e aperfeiçoar os seus conhecimentos e técnicas, ao longo de toda a vida. A formação de professores deve inculcar-lhes uma concepção de pedagogia que transcende o utilitário e estimule a capacidade de questionar, a interação, a análise de diferentes hipóteses. Uma das finalidades essenciais da formação de professores, quer inicial quer contínua, é desenvolver neles a qualidade de ordem ética, intelectual e afetiva que a sociedade espera deles de modo a poderem em seguida cultivar nos seus alunos o mesmo leque de qualidades.

A educação inclusiva envolve um processo de preparação do professor que considera as diferenças e as dificuldades dos alunos na aprendizagem escolar com fontes de conhecimento sobre como ensinar e como aperfeiçoar as condições de trabalho nas salas de aula.

A formação de docentes para atuar numa perspectiva inclusiva, tendo como objetivo o desenvolvimento do sujeito autônomo, torna-se necessária uma constante reflexão sobre sua prática pedagógica, onde a avaliação e re - avaliação, bem como os questionamentos, são permanentes, a fim de que possam rever esta prática e compartilhar experiências e novas idéias com seus pares, pondo fim na prática individualista da formação e do exercício profissional. Portanto compartilhar experiências é fundamental para a formação continuada em educação, pois os conhecimentos teóricos somente não bastam, é necessária a participação nas mudanças sociais, como agente de formação e não apenas transmissor de conhecimentos, cabendo-lhe aprimorar-se pessoal e profissionalmente. A formação do professor deve ser continuada e vista como uma ação que vise ampliar as competências, a fim de desenvolver as potencialidades do profissional em todas as dimensões.

## **6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: A DINÂMICA ESCOLAR E O PARADIGMA DA INCLUSÃO.**

O paradigma da inclusão escolar desloca a centralidade do processo para a escola, tendo por princípio o direito incondicional à escolarização de todos os alunos nos mesmos espaços educativos. Produz uma perspectiva no sentido de transformar a escola para receber todos os educandos com suas diferenças e características individuais. A concretização desta possibilidade não dispensa o adequado aparelhamento da escola e a capacitação docente. Reconstruir uma escola exige a revisão de posturas e concepções, o reordenamento do trabalho pedagógico e o investimento vultoso em estruturas includentes. (Sá,2002).

Com os desafios que a inclusão de alunos com deficiência impõe às nossas escolas, é possível perceber que em contato com uma destas escolas que atendem estes alunos, aos poucos ela está se adaptando física e pedagogicamente. Embora a escola visitada tenha passado por reforma em sua estrutura física, ainda conserva barreiras arquitetônicas (como escadas sem rampa de acesso para cadeirante) empecilhos aos alunos que apresentam deficiência física.

### **6.1 Análise da Proposta Pedagógica**

A escola se preocupa com a permanência de seus alunos, de forma a não excluí-los no percurso escolar. Está comprometida com o desenvolvimento de todos os seus alunos, buscando sempre criar situações de aprendizagens significativas para todos, garantindo o acesso do aluno com deficiência, respeitando o direito ao atendimento especializado (através das especificidades apresentadas pelos alunos, estes são encaminhados em horário extra-turno para o AEE). Também está comprometida com a formação continuada de seus professores, incentivando o trabalho cooperativo e se organizando de acordo com as necessidades de seus alunos. Tem como pressuposto a valorização da diversidade étnica cultural, valores sociais, identidade e autonomia.

A escola organiza suas turmas, considerando primeiramente a faixa etária e o nível de aprendizagem do aluno, respeitando a diversidade cultural e a inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular.

Na sua proposta pedagógica também é contemplado o AEE (Atendimento Educacional Especializado) para os alunos com deficiência. Estes alunos devem ser matriculados na modalidade de Ensino de Educação Básica (ensino regular) e serão atendidos em caráter complementar, com carga horária mínima de 2 horas em horário extra-turno por professores capacitados; esse atendimento é individualizado.

Percebe-se que a escola enfoca a questão da inclusão em sua proposta pedagógica, mas na prática, muitas ações ainda precisam ser implementadas para sua consolidação, como o número de professores capacitados para o AEE, o espaço para área de lazer não tem adequação para atender as crianças com deficiência.

## **6.2 Observação da sala de aula**

Em contato com as salas de aula buscou-se observar as relações desenvolvidas entre professor-aluno, aluno-conteúdo, aluno-aluno. Isto é, como se dá o atendimento deste aluno, quais os procedimentos de ensino, os conteúdos, a relação aluno/aluno e professor.

Foi estabelecido o acesso em duas turmas de ensino fundamental, anos iniciais; na 1ª turma o aluno com deficiência no caso específico, deficiente visual (baixa visão) do 1º ano do ensino fundamental. Por apresentar **deficiência visual** (é a redução ou perda total da capacidade de ver com o melhor olho e após a melhor correção ótica) senta próximo ao quadro e da professora, seu caderno de classe é adaptado para sua especificidade, também é auxiliado pelos colegas quando necessita realizar algumas atividades que exige a sua visualização. A professora sempre busca a sua participação em todas as atividades desenvolvidas. Na 2ª turma, uma aluna do 3º ano do ensino fundamental com deficiência, no caso específico **deficiente físico** (variedade de condições não sensoriais que afetam o indivíduo em termos de mobilidade, de coordenação motora geral ou da fala) (cadeirante) interage bem com seus colegas e professora. Participa ativamente de todas as atividades em sala de sala, demonstrando interesse e capacidade. A professora busca sempre a sua participação em trabalhos de grupo, e mesmo em

aulas de Educação Física procurando envolvê-la nas atividades, e nas que não forem possível seu acesso oferece outras atividades adaptadas para sua especificidade. As dificuldades, deficiências e limitações precisam ser reconhecidas, não restringindo ou conduzindo o processo de ensino e de aprendizagem. É necessário colocar em ação novas alternativas pedagógicas que implica na atualização e desenvolvimento de conceitos e práticas escolares.

### **6.3 Análise das entrevistas**

**Com o intuito de subsidiar a pesquisa, entrevistas foram feitas ao supervisor pedagógico do turno, duas (02) professoras e dois (02) alunos com necessidades educativas especiais.**

Na entrevista feita ao supervisor pedagógico quatro (04) questões foram privilegiadas com a intenção de destacar o processo de inclusão de alunos com necessidades educativas especiais e o fazer pedagógico dos profissionais.

Neste sentido, inicialmente foi indagado ao supervisor pedagógico: “Q1: Em sua opinião, os profissionais da escola estão preparados para lidar pedagogicamente com alunos com necessidades educativas especiais?” Ao que o mesmo respondeu: “Os profissionais ainda não estão todos preparados como deveria, mas vêm se preparando, se capacitando na medida do possível.”

Em seguida foi questionado: “Q2: Em relação à realidade educacional, na sua visão de profissional da educação, a inclusão na escola onde trabalha acontece efetivamente?” Ao que respondeu: “Ainda não; ainda existem profissionais que estão resistentes a essa nova proposta, e tudo que é novo assusta, portanto creio que logo estaremos preparados.”

Dando seqüência foi questionado: “Q3: Quais as dificuldades que você já enfrentou ou está enfrentando para trabalhar com a inclusão?” Ao que respondeu: “A resistência por parte de alguns profissionais em aceitar a inclusão, falta de capacitação neste campo.”

A fim de constatar as adaptações feitas na escola, para receber os alunos com necessidades educativas especiais, foi proferida a última pergunta: “Q4: “Quais mudanças que a escola tem feito no currículo e na estrutura física para receber os alunos com necessidades educativas especiais?” “Atualizando e adequando a

proposta pedagógica para melhor trabalhar com esses alunos; quanto a estrutura física a escola vem se adequando de acordo com as necessidades. Existe também o Atendimento Educacional Especializado no contra-turno.”

Percebe-se pela resposta do supervisor que a escola vem se adequando de acordo com as necessidades, isto é, a escola não está completamente adaptada, pronta para receber estes alunos.

Dando prosseguimento às entrevistas, as mesmas foram direcionadas às professoras. Neste sentido, a entrevista foi composta de nove (09) questões. Indagou-se às professoras: “Q1: Em sua opinião, os profissionais e a escola estão preparados para lidar pedagogicamente com os alunos com necessidades educativas especiais?” Ao que a professora da turma do 1º ano do ensino fundamental, respondeu: “Existe uma troca de aprendizagem entre aluno e professor.” A professora da turma do 3º ano do ensino fundamental, respondeu: “Não completamente, mas alguns são habilitados e isso facilita o desenvolvimento destes alunos.”

Foi indagado na “Q2: A escola oferece os mesmos tipos de programas e recursos para todos os alunos ou tende a individualizar o currículo?” A professora do 1º ano respondeu: “A escola oferece os mesmos programas e recursos para todos os alunos, adaptando de acordo com a necessidade do aluno”. A professora do 3º ano respondeu: “Dependendo da necessidade especial o currículo tende a individualizar, por exemplo: Há um aluno com baixa visão, um cadeirante, as atividades, os recursos são individuais.”

Em relação à capacitação docente numa visão inclusiva, foi indagado: “Q3: A escola oferece ou já ofereceu algum curso de capacitação ou formação continuada que possibilite ao professor trabalhar com a inclusão?” Ao que a professora do 1º ano respondeu: “Curso de capacitação pela Secretaria Municipal de Educação, troca de experiências e orientações sobre a prática pedagógica.” A professora do 3º ano respondeu: “Sim, já houve capacitação para possibilitar esse trabalho, mas poderia haver com mais frequência.”

Questionadas sobre: “Q4: Quais as dificuldades que você já enfrentou ou está enfrentando para trabalhar com a inclusão?” A professora do 1º ano respondeu: “Não enfrento dificuldades, e sim uma grande satisfação em estar trabalhando com estes alunos, eles nos encoraja a buscar sempre mais.” A professora do 3º ano

respondeu: “Não vejo dificuldade até o momento, o trabalho desenvolvido tem surtido efeito positivo. Somente durante as aulas de Educação Física que dificulta um pouco, às vezes.”

Foi indagado às professoras: “Q5: Quando os alunos têm atitudes preconceituosas ou discriminatórias, isso é conversado em sala de aula ou em outro espaço da escola para que não aconteça?” A professora do 1º ano respondeu: “Isto é conversado, mas geralmente em sala de aula este problema não acontece.” A professora do 3º ano respondeu: “É incrível a atitude dos alunos e a consciência de tratá-la com carinho (referindo-se a aluna especial) respeito e nenhum demonstra discriminação e sim cooperação.”

Neste sentido, a entrevista buscou direcionar o foco para a escola mais precisamente para a sala de aula. Logo se perguntou: “Q6: No contexto da escola e da sala de aula que adaptações são feitas para efetivação do processo ensino-aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais?” A professora do 1º ano respondeu: “No caso específico do aluno com necessidade educativa especial, o aluno é atendido em sua especialidade, por exemplo: sentando na frente, letras grandes no quadro, caderno com linhas especiais, atendimento individualizado,” A professora do 3º ano respondeu: “O atendimento e o trabalho diferenciado em algumas atividades, no caso específico desta aluna especial, que apresenta pouca coordenação motora.”

Em relação ao processo de avaliação, foi feita a seguinte pergunta: “Q7: Quais os instrumentos utilizados para avaliar os alunos com necessidades educativas especiais?” A professora do 1º ano respondeu: “No caso específico, é realizada a avaliação contínua da aprendizagem, que envolve registros diários, fichas de acompanhamento etc.” A professora do 3º ano respondeu: “Na escola há uma sala AEE de atendimento especializado para estes alunos. Na sala de aula o trabalho às vezes é diferenciado dos demais.”

Em relação ao desenvolvimento das aulas indagou-se: “Q8: As aulas atendem à diversidade de necessidades, interesses e estilos de aprendizagem de todos os alunos?” A professora do 1º ano respondeu: “Sim;” no caso do aluno com necessidades educativas especiais é atendido no AEE uma vez na semana com carga horária de duas (02) horas no contra-turno.” A professora do 3º ano respondeu: “Às vezes sim; no que diz respeito às aulas de Educação Física no caso

especifico da aluna, não participa de algumas atividades devido ao espaço físico não ser apropriado, mas procuro outro tipo de atividade como jogos, quebra-cabeça, dominó etc. Enquanto os outros praticam atividades como pular corda, queimada e outros.”

Em relação ao desenvolvimento das atividades, foi indagado: “Q9: É desenvolvido um conjunto de atividades que promovem a compreensão, a aceitação e valorização das diferenças?” A professora do 1º ano respondeu: “Sim. Adequando as atividades em relação às necessidades dos alunos.” A professora do 3º ano respondeu: “Sim. É desenvolvido sempre para respeitarem e reconhecerem o valor que cada um possui.”

O processo de inclusão de alunos com necessidades educativas especiais causa extremas mudanças e, por vezes, desconforto na sala de aula. Não apenas os professores precisam estar capacitados para enfrentar esse novo, mas principalmente, alunos, pais e comunidade precisam compreender como a convivência com alunos incluídos poderá enriquecer a formação humana de seus membros. (DI PALMA, 2005, p.3).

Ainda no âmbito escolar, foram realizadas entrevistas com os alunos com necessidades educativas especiais. Buscou-se privilegiar nas entrevistas aspectos relacionados aos gostos, dificuldades e expectativas destes alunos.

Inicialmente indagou-se: “Q1: “Você gosta de estudar?” Todos responderam que “sim”.Pelas respostas dos alunos percebe-se que estes gostam do ambiente escolar e se sentem integrados ali. Em relação a participação nas atividades em sala de aula, foi indagado: “Q2: “Você participa de todas as atividades em sala de aula?” O aluno do 1º ano, deficiente visual(baixa visão), respondeu: “Sim ; só sinto dificuldade de fazer as atividades do quadro quando a letra é pequena.” A aluna do 3º ano deficiente físico (cadeirante) respondeu: “Participo e faço todas as atividades.”

Em relação ao trabalho coletivo, foi indagado: “Q3: Você realiza atividades em grupo com seus colegas?” O aluno do 1º ano respondeu: “Sim, participo de todas as atividades em grupo”. A aluna do 3º ano respondeu: Sim, participo.

Indagados “Q4: Na sala de aula, quais as dificuldades apresentadas em relação aos conteúdos estudados?” O aluno do 1º ano respondeu: “Tenho dificuldade para escrever e resolver algumas atividades de matemática.” A aluna do

3º ano respondeu: “Apresento dificuldade em Língua Portuguesa, dificuldade para escrever.”

Em relação ao apoio do professor na aprendizagem, foi indagado: “Q5: Seu professor incentiva a sua participação e proporciona apoio à sua aprendizagem?” Ao que todos responderam que “sim”.

Finalmente buscou-se conhecer a interação entre os alunos, a dinâmica do recreio, momento esperado por todos. “Q6: Como é seu relacionamento com seus colegas? Você participa das brincadeiras no recreio e das aulas da disciplina Educação Física? O aluno do 1º ano respondeu: “É bom, participo das brincadeiras no recreio e também das aulas de Educação Física, tendo cuidado em algumas atividades”. A aluna do 3º ano respondeu: “É muito bom. Participo do recreio e das aulas de Educação Física, quando não posso participar de algumas atividades a professora passa outras para mim.”

Nas entrevistas buscou-se conhecer a realidade de nossas escolas, quanto ao processo de inclusão, ao atendimento dos alunos com deficiência, a prática educativa, o papel do professor. Neste sentido percebe-se que há muito a ser feito pela escola, família, sociedade e órgãos governamentais para que a inclusão aconteça de verdade. Novas posturas, bem como novas atitudes precisam ser exigidas para que a inclusão aconteça com reais benefícios para todos. Ela só é possível onde existe o respeito à diferença, a adoção de práticas pedagógicas que permitam às pessoas com deficiência aprender e serem reconhecidas e valorizadas em suas capacidades e possibilidades. E para isso é preciso prepararmos para acolher as diferenças na sala de aula e pela busca de novas respostas educacionais. E como já foi dito a responsabilidade é de todos- pai, diretores, supervisores, orientadores educacionais, professores, alunos e, principalmente das autoridades responsáveis pela definição e implementação das políticas educacionais.

## 7- CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso que se avaliem as reais condições que possibilitem a inclusão gradativa, contínua, sistemática e planejada de alunos com deficiência nos sistemas de ensino. Esta deve ser gradativa porque é preciso que tanto os sistemas de educação especial, como os sistemas de ensino regular possam ir se adequando a esta nova realidade, construindo práticas políticas, institucionais e pedagógicas que garantam o desenvolvimento da qualidade do ensino, que envolve não só os alunos com necessidades educativas especiais, mas todos os alunos do ensino regular como salienta, Mrech (2001).

Neste sentido constatou-se pela pesquisa que a simples inserção de alunos com deficiência, sem qualquer tipo de apoio ou assistência aos sistemas regulares de ensino pode resultar em fracasso, principalmente pelos sérios problemas que se apresentam como baixos níveis de aprendizagem, repetência e evasão.

Pela análise realizada na escola frente ao trabalho pedagógico do professor foi evidente o questionamento em relação à capacitação e o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas para atender estes alunos com deficiência. Os professores destacaram a importância do atendimento educacional especializado para estes alunos; tido como uma parceria importante para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

Como bem ressalta Mazzotta (2001) a organização administrativa, didática e disciplinar deve ter a maior amplitude possível a fim de contemplar a maior diversidade possível das condições dos alunos a atender.

Nesta pesquisa buscou-se conhecer a temática das práticas educativas em Educação Especial em turmas de ensino fundamental, anos iniciais. Analisar como os profissionais ligados à Educação Especial têm desenvolvido o trabalho pedagógico do processo ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência, que com a inclusão destes alunos, espera-se que estes profissionais tomem novas posições diante do processo de ensino-aprendizagem, e que adote práticas mais evoluídas e inclusivas. Espera-se que o presente estudo possa ampliar os horizontes da educação especial em nossos sistemas de ensino, como parceira no ensino regular comum para a inclusão dos alunos com deficiência. É preciso estabelecer alianças e

parcerias, realizar trocas e compartilhar experiências de sucesso ou de fracasso. Pois é através da superação das barreiras que construiremos sistemas educacionais mais justos e igualitários para o educador e para cada criança, jovem e adulto que representam a diversidade existente no país. A educação especial visa garantir a todos os alunos com deficiência o acesso à escola comum, removendo barreiras que impedem a frequência desses alunos às turmas comuns do ensino regular, disponibilizando um conjunto de recursos educacionais e de estratégias de apoio, proporcionando diferentes alternativas de atendimento de acordo com as necessidades de cada um.

## 8- REFERÊNCIAS

BOOTH, T; AINSCOW, M. **Índice de Inclusion**. Desarrollando el aprendizaje y participación em las escuelas. UNESCO, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ensaio Pedagógicos**: Secretaria da Educação Especial. Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

\_\_\_\_\_. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre necessidades educativas especiais**. Tradução de Edílson Alkmim da Cunha. 2. ed. Brasília: CORDE, 1997.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 6.571 de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado: regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei n. 9394 de dezembro de 1996. Acrescenta dispositivo ao Decreto n. 6253 de 13 de novembro de 2007. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

\_\_\_\_\_. **Educar na diversidade**: material de formação docente. Brasília: [MEC/SEESP], 2006.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. São Paulo: Brasil, 1996.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

\_\_\_\_\_. **Programa de Formação Inicial para Professores em exercício na Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB/SEAD, 2005. Módulo I, volume 2, unidade 8.

\_\_\_\_\_. **Saberes e práticas da inclusão**: recomendações para a construção de escolas inclusivas. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

DECLARAÇÃO Mundial sobre Educação para todos: Plano de ação para satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem. Jomtien, 1990. Disponível em: <http://www.educacaoline.pro.br>. Acessado em 16 de julho de 2007.

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/integra.htm>. Acessado em 16 de julho de 2007.

DELORS, J. (Coord.). **Educação: um tesouro a descobrir**. 10. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC: UNESCO, 2006.

DI PALMA, M. S. et al. Educação Inclusiva: desafios para a formação de professores. Paraná: UTP, [2005]. Disponível em: <http://www.utp.br/>. Acesso em: 06 de maio de 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MANTOAN, M.T.E. Caminhos Pedagógicos da Inclusão. São Paulo: Unicamp, 2002. Disponível em: <http://www.educacaoline.pro.br>. Acesso em 16 de abril de 2010.

\_\_\_\_\_. A educação especial no Brasil: da exclusão à inclusão escolar. São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.lerparaver/bancodeescola>. Acesso em 07 de maio 2002.

MAZZOTTA, M. J. S. Inclusão e Integração ou chaves da vida humana. III Congresso Ibero-Americano de Educação Especial. Diversidade na Educação: Desafio para o Novo Milênio. Foz do Iguaçu, RS, 1998, citado em 02 de janeiro de 2001. Disponível em: <http://www.educacaoonline.pro.br>. Acesso em 16 de abril de 2010.

MORAN, J. M. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 2007.

MRECH, L.M. Educação Inclusiva: realidade ou utopia? São Paulo: USP, 2001. Disponível em: <http://www.educacaoonline.pro.br>. Acesso em 16 de abril de 2010.

SÁ, E.D. Necessidades educacionais especiais na escola plural. Banco de escola. Disponível em: <http://www.lerparaver.com/bancodeescola>. Acesso em: 07 de maio de 2002.

SANTOS, M. P. dos. Resignificando a escola na proposta inclusiva. 2002. Disponível em: <http://www.educacaoonline.pro.br>. Acesso em 24 de abril de 2010.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. Sistema de Ação Pedagógica. Dicionário do Professor: **Educação Inclusiva**. Belo Horizonte, MG, [2002].

SCHNEIDER, M. B.D. Subsídios para ação pedagógica no cotidiano inclusivo. 2003. Disponível em: <http://www.educacaoonline.pro.br>. Acesso em 24 de abril de 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Curso de Especialização à Distância em Educação Especial: **déficit cognitivo e educação de surdos**. Santa Maria, RS, 2008. Módulo I.

# **ANEXOS**

## **Entrevista com o Supervisor Pedagógico**

Entrevistado (a) \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_ Escola: \_\_\_\_\_

Instruções:

- Responder as questões propostas de acordo com a realidade escolar;
- Caso o entrevistado solicitar, garantir-se-á o anonimato.

Q1: Em sua opinião, os profissionais da escola estão preparados para lidar pedagogicamente com alunos com necessidades educativas especiais?

Q2: Em relação à realidade educacional, na sua visão de profissional da educação, a inclusão na escola onde trabalha acontece efetivamente?

Q3: Quais as dificuldades que você já enfrentou ou está enfrentando para trabalhar com a inclusão?

Q4: Quais as mudanças que a escola tem feito no currículo e na estrutura física para receber os alunos com necessidades educativas especiais?

## Entrevista com o Professor (a)

Entrevistado (a) \_\_\_\_\_

Função escolar \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_ Escola: \_\_\_\_\_

### Instruções:

- Responder as questões propostas de acordo com a realidade escolar, atribuindo a cada questão uma visão detalhada da prática educativa;
- Caso o entrevistado solicitar, garantir-se-á o anonimato.

Q1: Em sua opinião, os profissionais e a escola estão preparados para lidar pedagogicamente com os alunos com necessidades educativas especiais?

Q2: A escola oferece os mesmos tipos de programas e recursos para todos os alunos ou tende a individualizar o currículo?

Q3: A escola oferece ou já ofereceu algum curso de capacitação ou formação continuada que possibilite ao professor trabalhar com a inclusão?

Q4: Quais as dificuldades que você já enfrentou ou está enfrentando para trabalhar com a inclusão?

Q5: Quando os alunos têm atitudes preconceituosas ou discriminatórias, isso é conversado em sala de aula ou em outro espaço da escola para que não aconteça?

Q6: No contexto da escola e da sala de aula que adaptações são feitas para efetivação do processo ensino-aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais?

Q7: Quais os instrumentos utilizados para avaliar os alunos com necessidades educativas especiais ou qual seria o mais apropriado?

Q8: As aulas atendem à diversidade de necessidades, interesses e estilos de aprendizagem de todos os alunos?

Q9: É desenvolvido um conjunto de atividades que promovem a compreensão, a aceitação e valorização das diferenças?

**Entrevista com o aluno com necessidades educativas especiais**

Nome: \_\_\_\_\_ Ano: \_\_\_\_\_

Escola: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

Q1: Você gosta de estudar?

Q2: Você participa de todas as atividades em sala de aula?

Q3: Você realiza atividades em grupo, com seus colegas?

Q4: Na sala de aula, quais as dificuldades apresentadas em relação aos conteúdos estudados?

Q5: Seu professor incentiva a sua participação e proporciona apoio à sua aprendizagem?

Q6: Como é seu relacionamento com seus colegas? Você participa das brincadeiras no recreio e das aulas da disciplina Educação Física?

